

CADERNOS

DCP

Nº 8

Número Conjunto

Revista
do Departamento
de História
Nº 10



100 ANOS

DE REPUBLICA

Departamento de História
Departamento de Ciência Política
FAFICH/UFMG
Apoio CNPQ



**Revista do
Departamento de História**

Nº 10

Cadernos DCP - Nº 8

NÚMERO CONJUNTO

Departamento de História

e

Departamento de Ciência Política

FAFICH/UFMG

**Apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico - CNPq**

1990

REITORA DA UFMG

Profa. Vanessa Guimarães Pinto

DIRETORA DA FAFICH/UFMG

Prof. Paulo Roberto Saturnino

VICE DIRETOR

Prof. Túlio Mourão

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Prof. Daniel Valle Ribeiro

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

Prof. Sérgio de Azevedo

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Douglas Cole Libby (ed.)

Prof. José Clóvis Machado (ed.)

Profa. Regina Horta Duarte

Profa. Lucília de Almeida Neves Delgado

Prof. Domingos Antônio Giroletti

Prof. Luiz Aureliano Gama de Andrade

Revisão dos autores

Os artigos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

APOIO: CNPq – Conselho Nacional de Pesquisa

PRODUÇÃO GRÁFICA

Mazza Edições, a partir de composição fornecida.

MONTAGEM

Joyce Lamaita Perim

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO, 1

Leônidas Prates Lafetá

REPÚBLICA, 1889/1989, 4

Francisco Iglésias

AUTORITARISMO E DEMOCRACIA NA REPÚBLICA BRASILEIRA, 17

Fábio W. Reis

REPÚBLICA E TRABALHO NO REGISTRO DA BURGUESIA, 28

Eliana Regina de Freitas Dutra

O BARÃO DA RALÉ – A POLÍTICA DE PONTA-CABEÇA, 40

Delsy Gonçalves de Paula
Heloísa M. Murgel Starling

O INÍCIO DAS MUDANÇAS, 56

Ademir Gebara

CONVERSA COM LUIZ CARLOS PRESTES, 64

Lucília de Almeida Neves Delgado

A REPÚBLICA DO TRABALHO: A FORMAÇÃO DO TRABALHADOR-CIDADÃO EM MINAS GERAIS NO ALVORECER DO SÉCULO XX, 79

Luciano Mendes de Faria Filho

EMPRESARIADO E POLÍTICA EM MINAS GERAIS, 93

Otávio Soares Dulci

A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA EM MINAS: COMENTÁRIOS SOBRE OS DEPOIMENTOS DE ANTÔNIO OLINTO DOS SANTOS PIRES, 125

Sheila Brandão Baggio

"MONARQUIA E PRIMEIRA REPÚBLICA: A NATUREZA DO PACTO DE DOMINAÇÃO SEGUNDO INTERPRETAÇÕES CORRENTES NA HISTORIOGRAFIA", 132

Vera Alice Cardoso Silva

EM BELO HORIZONTE OPERÁRIOS VESTEM CAMISAS VERDES?, 151

Yonne de Souza Grossi
Maria Auxiliadora Faria

Francisco Iglésias

Professor Emérito da FACE/UFMG

RESUMO

Um ensaio de avaliação dos cem anos de República no Brasil pelo querido e eminente Professor Francisco Iglésias.

ABSTRACT

A special essay of evaluation of one hundred years of the Brazilian Republic by the eminent Professor Francisco Iglésias.

A comemoração do primeiro centenário da República é feita de modo tímido e sem entusiasmo, como se vê pela frágil programação oficial. No ano de 89 o regime vive seguramente o seu momento mais difícil, com um governo débil em todos os sentidos. Falta-lhe representatividade, não conta com o apoio popular. Há mesmo generalizada repulsa às autoridades federais e estaduais, e estas, por menos lúcidas que sejam, percebem a real situação.

No Brasil o governo só se lembra da História nos centenários, quando se convocam seus supostos conhecedores para pronunciamentos. Faz-se então a História comemorativa, entre nós quase sempre meramente badalativa. Vejam-se dois casos recentes: o centenário da Abolição e o da Inconfidência. Se o primeiro teve algum significado, com sentido crítico, foi por causa da Universidade; o segundo foi pouco lembrado e quase sempre de modo equívoco. Explica-se a situação: havia pouco a comemorar com a dita abolição, pois cem anos depois os dois elementos que a data evoca permaneciam carentes: o negro continua vítima de preconceitos - a democracia racial é uma das falácias da política e até de ciência social oficializada - e o trabalho, se é teoricamente livre, continua a não receber a atenção que exige, como se vê no vilipêndio do trabalhador e em sua exploração desumana, com salários incompatíveis com uma vida razoável e digna. Já a Inconfidência quase não foi lembrada e sempre de modo equívoco, a começar pela data, que devia ser 88 e não 89. Compreende-se a comemoração frouxa, pois os governos federal e o estadual de Minas pouco têm a ver com problemas de trabalho ou de etnia ou com movimentos libertários, dos quais não têm compreensão e que nada falam às suas sensibilidades retrógradas e super-conservadoras.

Percebe-se bem a má situação brasileira quando se lembra o que foi e vem sendo ainda o bicentenário da Revolução Francesa. Sem falar nas festas públicas, oficiais ou não, destaque especial merece a massa de publicações: já foram editadas na França centenas de livros sobre a Revolução, milhares de artigos e conferências, seminários de todo tipo. O mais notável não é o número de estudos, mas o seu caráter eminentemente crítico: pelo que já li, não se fez o elogio puro e simples, em geral vazio, mas a análise

severa. Em vez do endeusamento de figuras e fatos, houve até a negação de muitos, quando não do acontecimento no seu todo. Parece-me que houve até certo exagero na condenação, movido por paixões de hoje. As teses modernas da direita e da esquerda inspiraram a maior parte dessas manifestações, chegando até ao anacronismo, pouco aceitável da parte de historiadores. O certo é que o havido na França neste 89 atesta maturidade intelectual, consciência nacional lúcida e participante, como não se nota nas comemorações de grandes datas da História brasileira.

Lembrar-se-á no dia 15 de novembro de 89 a passagem do primeiro centenário da República. A data é o que se poderia chamar de um dos momentos decisivos da trajetória nacional. Segundo Ortega y Gasset, no admirável ensaio *El tema de nuestro tiempo*, de 1916, no estudo das gerações, as grandes datas podem configurar um desses instantes em que um povo ou uma nação se debruça sobre si mesma, em auto-análise, que pode levar a novos caminhos, em alterações de seu destino. Não nos parece que este ano de 89 esteja a marcar alguma coisa do gênero no Brasil. Sente-se um desgaste institucional, uma descrença generalizada. O país cresceu e se desenvolveu, é certo: dos 14 milhões de habitantes de 1889, passa a cerca de 150 milhões hoje; de uma sociedade pouco diversificada e evoluída, passa a uma sociedade complexa, de certa vitalidade econômica, a distinguir a nação no quadro mundial. Não é mais patriarcal como era, em suas linhas modernas e afirmativas. Falta-lhe muito, no entanto, no plano social e político, como se sabe.

No mesmo dia 15 haverá eleição para a presidência, pelo voto direto, o que não se verifica há quase trinta anos, depois da crise da ditadura militar de 64 e da indevidamente chamada Nova República, de 85 até hoje. O quadro das candidaturas não entusiasma a ponto de imaginar-se uma autora, nova fase a contar de 15 de março de 90. Há poucas ilusões de que então se poderá falar em Nova República, anunciada mas não cumprida em 85, talvez pela fatalidade da doença e morte do presidente eleito e a posse indevida do vice, arranhando a Lei.

Compreende-se pois que não podia ser feita a desejada transição democrática. O que se fez de 85 para cá foi em parte resultante da abertura começada pelos próprios militares, quando perceberam a falência do governo imposto em 64, ao qual sempre faltou o apoio popular. Daí a maior frustração dos brasileiros, condutora ao estado de desalento de nossos dias, pouco propício a comemorar um centenário. Como se disse, a República vive o momento mais triste de sua História, quando se somam incompetência e falta de ética. O tema, contudo, foge ao objetivo deste artigo, sendo apenas a florado aqui.

Foge também ao interesse de agora rememorar como se fez a República em 1889, o verdadeiro caráter do movimento. Muitos fatores a explicam então, como será lembrado em outros artigos ou livros por diversos estudiosos. Golpe militar que uniu queixas desse segmento social, marcadamente corporativista, aqui e no mundo inteiro, às queixas de fazendeiros ressentidos com o fim do escravismo sem indenização e também ao desgosto dos conservadores afastados do poder para dar lugar aos liberais, decerto teve também o apoio de antigos republicanos (no momento não foram os elementos decisivos). O ano de 89 era o centenário da Revolução Francesa, que consagra as conquistas de liberdade pregada pelos pensadores e políticos do Iluminismo - no caso, mera coincidência. O fato é que a República se impunha e passa a dominar. O estudo de sua trajetória em tão longa duração escapa a um artigo ou palestra.

Pretende-se destacar agora apenas três partes: na primeira, análise da inconsistência dos regimes políticos no país; na segunda, as decepções provocadas pelo nosso sistema; na terceira, as vicissitudes da República, mais em seus primeiros decênios, quando de sua consolidação, com breves referências mesmo aos seguintes.

I - INCONSISTÊNCIA DOS REGIMES POLÍTICOS BRASILEIROS

A República era uma fatalidade para o Brasil. Como se disse no manifesto republicano de 1870, "somos da América e queremos ser americanos", em referência à originalidade da monarquia local. Arvorava-se "a bandeira do partido republicano federativo", pois "a nossa forma de governo é, em sua essência e sua prática, antinômica e hostil ao direito e aos interesses dos Estados americanos". Segundo esse modo de ver, só então apresentado de modo incisivo, o Brasil era uma exceção chocante no continente, a ser corrigida para evitar conflitos permanentes e a hostilidade ou má vontade das nações vizinhas.

Como se sabe, essa monarquia resultou de nota singular em nossa História, com a vinda da família real portuguesa, forçada pela invasão de seu território pelas forças do General Junot, no surto expansionista e dominador de Napoleão. A idéia de transferência do governo vinha de há muito, quando, ante dificuldades, era apontada como recurso a viagem para as terras do Império na América. A vasta construção imperial, do século XV em diante, não podia ser mantida por nação sem boa base populacional e com formas administrativas precárias - realidade comum na época, com certas agravantes na península ibérica, notadamente em Portugal.

Assim é que se cogitou ou sugeriu a mudança já na primeira metade do século XVI e no seu fim, pelas dificuldades de sucessão no trono em 1580, como, com o encerramento do período filipino, em 1640, houve problemas para a nova dinastia de Bragança; a idéia volta pelo menos três vezes no século XVIII - no reinado de D. João V, com o terremoto de Lisboa e ante ameaças do vizinho espanhol. A sugestão ressurgiu, com força, no princípio do oitocentos, pelas guerras napoleônicas. A mudança então é inevitável. E o Príncipe Regente D. João com sua família e a maior parte da Corte transferem-se para o Brasil, aqui chegando no dia 22 de janeiro de 1808, com a parada de 35 dias na Bahia e a transferência para o Rio de Janeiro em 7 de março. Vinha fundar um novo Império, como diz em manifesto de 1º de maio, enfática e um tanto cômica justificativa da invasão da Guiana Francesa, ocupando Caiena até 1817. Era a forma de vingar-se da humilhação infligida pela França à Coroa portuguesa, que mais uma vez tem de atender às pressões inglesas, apoiando a velha aliada e protetora de alguns séculos, então a única resistência às corridas napoleônicas pelo continente.

A fisionomia brasileira é profundamente alterada, em todos os sentidos. Se o Brasil já tinha há muito mais peso econômico que Portugal - era o que lhe restava de valioso da imensa conquista -, passa a ser agora a sede do governo, no que Sílvia Romero chamou de "inversão brasileira". Nunca se insistirá devidamente na transcendência do fato, cujos dados positivos são mais destacados que os negativos. O certo é que já no período monárquico se assinalava a distorção do que se poderia chamar de destino brasileiro, com uma independência longamente gerada em lutas do povo, ao longo de toda a dominação colonial, mas que, no último momento, é empolgada por brasileiros e gente portuguesa com seus interesses na nova terra - o partido brasileiro: eles

conduzem o processo, em torno da figura do Príncipe Regente D. Pedro, deixado pelo pai D. João VI, quando de sua partida em 1821.

Daí a monarquia, após a separação política em 1822 - experiência única no continente, que se caracteriza como republicano, por causa sobretudo da primeira nação livre surgida, com a separação das colônias inglesas da América, em 1776, para constituírem a República dos Estados Unidos. Decerto também no Novo Mundo se pensou vagamente em realeza: mesmo nos Estados Unidos sugeriu-se uma coroa para Washington. Como depois para Bolívar, San Martín e outros libertadores, sem falar na idéia da vinda de um príncipe europeu para aqui reinar. No sentimento popular a pompa e o ritual da realeza impressionavam e não se fortalecera ainda a compreensão de outra forma. As experiências feitas têm mais de cômico que de consistente, como se dá com a pretensa monarquia de Dessalines, como Jacques I, no Haiti; no episódio do General Agustín Iturbide, como Agustín I, no México, em poucos meses, de 1822 a 23. Houve sugestões de tronos em outros países, como uma coroa para a Argentina e demais nações, naturalmente republicanas. A experiência de Maximiliano no México (1864-67) foi uma imposição externa, de Napoleão III, de desfecho trágico.

Só o Brasil foi monarquia. A distorção do destino brasileiro é denunciada pela lembrança de que a realeza no país representou um mal, com a manutenção da obsoleta estrutura administrativa da Metrópole, às vezes até com as mesmas pessoas. Um intérprete inteligente da trajetória nativa - Azevedo Amaral - diria em *A aventura política do Brasil*, livro publicado em 1931: "com D. João começou a nossa descida aos infernos". A visão de Azevedo Amaral, menos comum que a contrária - enaltecedora da presença da Corte no país -, não é nova. Em plena monarquia a fizera, em 1865, o industrial, comerciante e diretor do Banco do Brasil João Coelho Gomes, no curioso e desconhecido livro *Elementos da História Nacional da Economia Política* - defensor do protecionismo nacionalista, à maneira do alemão Friedrich List, autor de *Sistema Nacional de Economia Política*, de 1841. O brasileiro o repete quase até no título, em interessante coincidência, pois não parece que o haja lido: para ele, na crítica à ação do Príncipe e seus ministros, desde 1808, vê a origem de todos os males; antes, o país tinha economia rica, vivia do que era seu - "bastava a si mesmo e era rico" -, enquanto agora passa a dependente dos ingleses, de seus negócios e teorias, em processo avassalador de domínio.

De fato, a independência liderada pelo príncipe leva à manutenção do velho quadro português, inoperante e rançoso; herda-se uma idéia de governo de mínima funcionalidade, como também se herda um número enorme de portugueses, naturalmente em postos de chefia, por terem alguma experiência que os nativos não tinham - embora esta fosse em geral mais negativa que positiva -, serem chegados ao príncipe agora rei e serem homens de recursos, mais ricos. Caio Prado Júnior, em livro pioneiro de 1933 - *Evolução política do Brasil* -, disse-o de modo exemplar: "A transferência da Corte constituiu praticamente a realização de nossa independência. (...) Fez-se a independência praticamente à revelia do povo; e se isto lhe poupou sacrifícios, também afastou por completo sua participação na nova ordem política. A independência brasileira é fruto mais de uma classe que da nação tomada em conjunto".

É certa a observação, embora não se deva esquecer que a independência teve também notas cruentas em 22 e 23. Sem falar nas lutas de sentido necessariamente republicano do período colonial, como a de Bernardo Vieira de Melo em Pernambuco, em 1709, a dos conjurados mineiros em 1788 e 89, a dos revolucionários pernambucanos de 1817; sem falar também nas campanhas sustentadas ao longo do

novo regime, por panfletários lusófobos e anti-monarquistas, como Antônio Borges da Fonseca, entre outros, lutas armadas na Colônia e propaganda anti-monárquica, tudo é negado pelo sistema que se adota. O importante a assinalar é que 1822 não representou uma ruptura com o Brasil velho, mantido praticamente em todos os seus defeitos. Perdeu-se a oportunidade de inaugurar algo novo. Esta foi a primeira grande derrota do sentido dinâmico - seria demais falar de sentido revolucionário -, mantida a ordem tradicional, conservadora ou para-reacionária.

A pregação aberta da revogação da ordem, com a República, começa a ganhar corpo com o fim da guerra do Paraguai. A década de 70 corporifica o movimento: o manifesto do mesmo ano de 70, a criação do Partido Republicano em 73. Surgem jornais e até deputados se elegem para a Câmara pelo novo Partido, em 1884. A propaganda nunca foi obstada pelo governo, assinale-se, em mais uma prova de tolerância de D. Pedro II. Chegou-se mesmo a dizer, aqui e fora, que o Brasil era a única democracia da América Latina, em evidente exagero, pois o país estava longe das formas democráticas. A várias vezes invocada "democracia coroada" é um equívoco. Quando da instauração do novo regime, por golpe de Estado, anunciou-se mais uma vez que se extinguia a única República do continente. Os saudosistas do velho sistema gostam de relembra-los esses fatos, embora sem base. De fato, a monarquia nunca lançou raiz no Brasil, terra de características gerais incompatíveis com a realeza. Entre nós, esta sempre teve algo de postiço, senão de cômico, com uma Corte que era antes a caricatura das tradicionais monarquias européias: a indumentária, a etiqueta e mesmo as convicções eram artificiais e destoantes. O Brasil brincou ao longo de grande parte do oitocentos de monarquia à maneira inglesa, à qual não faltou nem mesmo certo arremedo de parlamentarismo.

A República foi aceita normalmente, pois a forma dos regimes políticos pouco dizia à consciência popular. Não se pode falar, no entanto, em consenso na sua aceitação, pois houve notas assinaláveis de sentido contestador, não só no combate à nova ordem pela palavra - a imprensa, o livro, o discurso - como pelos movimentos armados. Se as duas revoltas do primeiro quadriênio - a da Armada e a Federalista - não foram, a princípio, eminentemente restauradoras, no seu decurso acabaram tornando-se anti-republicanas. O episódio milenarista de Canudos não é a defesa da monarquia, pois não é original - há outros movimentos messiânicos que o antecedem ou que se seguem, mas foi o mais amplo, profundo e ecoante de todos. O receio do novo regime deu-lhe, no entanto, a característica restauradora, em interpretação ligeira de quanto se verificava.

Não se pode falar em consenso, nem na indiferença da população, como adverte em bem elaborado estudo, de título acertado, a historiadora Maria de Lourdes Mônaco Janotti - *Os subversivos da República* (Brasiliense, 1986). A autora lembra os jornais monarquistas que se multiplicam pelo país, notadamente no Rio de Janeiro e em São Paulo, os clubes, as tentativas de fundação de partidos, como o Monarquista em 1895 em São Paulo e o Centro Monarquista no Rio de Janeiro no ano seguinte. O certo é que não tiveram - jornais ou associações - o esperado êxito. Conheceram sérias vicissitudes que os inviabilizavam, como empastelamento de redações e oficinas, a perseguição contínua, violenta e até assassina, impedindo-lhes o regular funcionamento. O jacobinismo chega a formas extremadas na primeira década republicana, aparecendo já de modo tênue no seu fim.

Os saudosistas de então podiam proclamar a superioridade do reinado de D. Pedro II em matéria de livre expressão, pelo não tolhimento das manifestações republicanas:

propaganda, clubes, jornais, criação do Partido adverso à ordem estabelecida. Funcionaram normalmente sempre, sobretudo depois de 1870, quando se chega ao discurso nas tribunas da Câmara dos Deputados e das Assembléias Legislativas Provinciais, com eleições que levaram a essas casas gente representando o Partido Republicano, possibilidade dada aos monarquistas na República. O certo, contudo, é a indiferença popular pela mudança do sistema, explicável pela ausência do sentido da vida pública, só possível a número ínfimo da população, excluída de fato do processo social. O brasileiro, na sua quase totalidade, não se sentia um cidadão, não participando portanto da vida política.

II - DESILUSÕES DA REPÚBLICA

A história do Brasil, vista na perspectiva do povo, é uma série de frustrações e malogros. A famosa *journalée des dupes* ou dia dos logrados da história francesa - o dia 11 de novembro de 1630, quando os inimigos de Richelieu, da alta nobreza, tentaram o golpe contra o ministro, certos do êxito e tiveram suas esperanças destruídas - pode ser aplicada várias vezes na história do Brasil. O político Teófilo Otoni, em célebre documento de 1860 - *Circular dedicada aos Senhores Eleitores pela Província de Minas Gerais...* -, usou-a, com rigorosa propriedade, referindo-se à abdicação de D. Pedro I em 1831, que parecia uma vitória liberal e acabou frustrando os que a haviam celebrado no primeiro momento. Terá sido Teófilo Otoni o primeiro?

A expressão pode ser usada, com o mesmo rigor, muitas outras vezes na História nacional. As empresas resultam em logro para os que parecem obter a vitória. Assim foi em 1822, na independência; no 7 de abril de 31, com a abdicação de D. Pedro I; com as leis liberais da Regência - o Código do Processo Criminal de 32, o Ato Adicional de 34 -, logo anuladas no essencial pelas reformas que, se não as negavam, na verdade as tolhiam até a anulação; a Maioridade, em 40. E a instauração da República, em 1889. Ou no movimento conhecido como Revolução de 1930; na deposição de Vargas em 45 e em 54. A última grande frustração é a chamada Nova República, em 85, anunciadora de uma transição que não se fez: o pouco feito já vinha de antes, da abertura anunciada por um presidente militar, como decorrência de geral repulso ao sistema.

De fato, se houve empenho na prédica do novo regime por alguns republicanos convictos, nem sempre eles conquistam o poder no novo regime. Este deveria inaugurar uma época, com a ruptura do quadro tradicional. Há uma diferença básica entre a década de noventa e as anteriores: esta se marca menos pela mudança do sistema político que pelo fim do escravismo, com diferente fisionomia na força de produção, no trabalho. A data decisiva não é o 15 de novembro de 89, mas o 13 de maio de 88.

O fim da mão-de-obra escrava exige atenção ao trabalhador nacional e à crescente vinda de estrangeiros - portugueses, italianos, espanhóis, alemães e outros. Impõe aumento da circulação da moeda, pois o trabalho agora é pago (decerto há formas dissimuladas, com as parcerias e sobrevivências da economia natural - troca de produtos por produtos e do trabalho servil, com o camponês vinculado à terra que não consegue deixar, pelo adiantamento de somas de impossível resgate, apesar de mínimas, pela escrita contábil que não é entendida pelo homem comum e que prende o trabalhador ao patrão). É essa a origem da última reforma financeira do Império, feita pelo Visconde de Ouro Preto e encampada pelo primeiro ministro da Fazenda da

República, Rui Barbosa, que tanto a combatera antes. O chamado Encilhamento não foi fruto de capricho de ministros, mas providência indispensável para fazer face aos pagamentos necessários, agora multiplicados.

Demais, o federalismo que se consegue nas primeiras leis e na Constituição de 1891 exige tratamentos desiguais às diferentes unidades. Afinal, a causa federal alimentou publicistas e políticos desde 1822, no combate à política unitária resultante da Constituição outorgada por D. Pedro I em 1824. Trabalho livre, assalariado, prática de política descentralizada - com execução fiel implicaria em nova ordem.

O problema do trabalho, no entanto, tem encaminhamento precário. A abolição do escravismo deveria ser completada por uma reforma agrária, como foi entendido pelos mais lúcidos e decididos protagonistas da campanha, como André Rebouças e Joaquim Nabuco. Nada se fez nesse sentido, no entanto, e o ex-escravo se vê de repente solto, sem qualquer vínculo. Tem de vir para as cidades, nas quais vai ocupar a periferia, os morros, os mangues, gerando graves problemas sociais, sanitários e de segurança, nos quais o principal afetado é o negro. Multiplicam-se os cortiços e as favelas, objeto de muito estudo de sociólogo e antropólogo ou de recriação artística de romancistas. Decerto, colocar nas cidades o ex-escravo, sem qualquer preparo, é crueldade: ele não tinha especialização para atividades urbanas, pois vivera mais no campo, entregue a práticas rurais ou a um artesanato tosco. A cidade do Rio de Janeiro, sobretudo, ilustra a situação, na qual ex-escravos vivem precariamente e a ordem urbana é atingida por uma realidade até aí desconhecida.

Outro aspecto é o do federalismo. A antiga política unitária e centralizadora não pode ser alterada de súbito. Como agravante, entre os protagonistas do 15 de novembro não havia unidade de vistas: se havia os liberais exaltados, com a cabeça feita pelo modelo norte-americano, chocam-se logo com os positivistas, defensores de uma política ditatorial, nos moldes de Augusto Comte. Estes pensaram em uma ditadura republicana - idéia distante dos "pais da pátria" da República dos Estados Unidos, como da República proclamada na França em 1792, inicialmente jacobina, em desdobramento da Revolução de 1789. Comte estava mais para reacionário que democrata: se teve influência de traços benéficos no Brasil foi pela dura crosta conservadora de nossa sociedade, hierarquizada, discriminadora e autoritária, como herança da colonização portuguesa e da ordem escravista, de fundas raízes.

Ora, os militares eram em geral positivistas. Se não conseguiram imprimir a nota dominante no regime que se estabelecia foi pela liderança do liberalismo à maneira norte-americana, reinterpretado por Rui Barbosa. Este impôs o presidencialismo e um federalismo mitigado, quase nulo, como se verá sobretudo na prática. Os militares dividiam com os políticos a responsabilidade na mudança do regime e falam alto no momento inicial. A chefia do Estado é ganha por eles no primeiro quadriênio, de 1889 a 94, com os marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. Em uma unidade da Federação - o Rio Grande do Sul - seu domínio é avassalador e eles conseguem uma Constituinte que vota documento bem comteano; o exercício da política no Estado sulino tem notas singulares, com a liderança forte de Júlio de Castilhos, inaugurando política rígida e bem definida, com seguidores como Borges de Medeiros e Getúlio Vargas. Não será, pois, algo de episódico ou restrito, mas linha marcante não só naquele Estado, mas no país, sobretudo com Getúlio Vargas no poder federal depois de 30.

As dificuldades econômico-financeiras da primeira década, as lutas como a Revolta da Armada e a Revolução Federalista, depois o episódio do messianismo de Antônio Conselheiro na epopéia rude de Canudos, abalam o regime e impõem uma prática que

vai ser a negação do federalismo, na chamada "política dos governadores", institucionalizada por Campos Sales em 1898. Como se lembrou antes, era uma forma bem mitigada a que se adotou: o patrimonialismo da tradição nativa, em parte preservado, acabará por subvertê-lo.

A mudança do regime parecia trazer outra direção. Só no primeiro instante, porém. Logo antigos políticos, de amplo exercício na monarquia - deputados, senadores, conselheiros, presidentes de Província, até ministros - retomam seus lugares. Os radicais são afastados, como se vê com Silva Jardim. Examine-se um caso particular para compreensão do processo: o de Minas Gerais, por exemplo. O poder é ocupado desde o começo por adesistas, republicanos de última hora. Os chamados históricos, defensores do sistema que pregam a substituição da monarquia e lutam por ela, são afastados. Afonso Pena, que foi ministro de D. Pedro II em três pastas (Guerra, Agricultura e Justiça), conselheiro, aceita o regime que não era ideal para ele e tem de imediato projeção: é deputado constituinte e dirige a Assembléia que faz a Constituição do Estado em 1891, eleito presidente de Minas em 1892, depois, em 1906, presidente da República. Prudente de Moraes, Campos Sales e Rodrigues Alves não foram ardorosos republicanos e serão os três primeiros presidentes civis. É a chamada República dos conselheiros.

Logo nos primeiros anos a desilusão chegava aos defensores da causa, que podiam suspirar que aquela não era a República dos seus sonhos. Há uma certa nostalgia na primeira década do regime, explicável pela instabilidade aparente, com a violência da revolta da Armada e sobretudo da Federalista no Sul, que assume acentos de crueldade e selvageria, ou no episódio de Canudos, tratado com incompreensão pelas autoridades dos governos do Estado da Bahia e pelo federal, sensibilizando a opinião pública dos leitores de jornais e depois da obra *Os sertões*, de Euclides da Cunha, editada em 1902. Revelava-se aí o engano embalador da política centrada nas capitais - notadamente no Rio de Janeiro. Esse público letrado era mínimo, pois o país era na sua maioria constituído de analfabetos, gente destituída de direitos políticos e alheia à cidadania, que não lhes falava nada.

Percebe-se bem esse clima em uma obra sobre o período de 1870-1920, o curioso e muito pesquisado, mas de frágil elaboração, *Ordem e Progresso* (1959), de Gilberto Freyre, terceira parte da *História patriarcal da sociedade brasileira*. O sociólogo e historiador realizou vasto inquérito, ouvindo centenas de pessoas que viveram o princípio da República, como leu quanto se escreveu e publicou então ou depois, sobre a época. Saudosista da velha sociedade patriarcal, que estudou com amplitude em seus *Casa grande e senzala* (1933) e *Sobrados e mucambos* (1936), com empatia, quando cogita da desagregação dessa sociedade, como o faz em *Ordem e Progresso*, não tem simpatia pela mudança: é contra a indústria e tem saudades do mundo rural, quando a República é impulso à industrialização e à urbanização, realidades que golpeiam até a destruição o seu universo afetivo de um passado para ele belo e quase perfeito. De Gilberto Freyre não se pode dizer que é conservador ou reacionário: mais correto é apresentá-lo como tradicionalista. Há em seu amplo estudo uma nostalgia do Império que se encontra também, embora menos sensível, em outros historiadores, como Oliveira Vianna ou Pedro Calmon.

Esses e muitos outros deixaram dominar-se pela leitura de *Um estadista do Império*, de Joaquim Nabuco, editado entre 1897 e 99: análise admirável sob o aspecto historiográfico, embora escrita como protesto contra a nova ordem, por alguém que era monarquista exaltado, saudoso de um passado próximo no qual não via faltas, cego pela

paixão, pois o Império tinha mazelas indesculpáveis para um olhar crítico. O livro de Gilberto Freyre retrata esse mundo dos trinta primeiros anos da República sem agressividade, mas com a nostalgia típica de um aristocrata, um negador do novo, do moderno, da sociedade verdadeiramente democrática - que ainda está por surgir no país, como se sabe. A longa referência a essa obra é pelo seu significado e desajustamento ao processo político nativo, intensamente vivido por muita gente da elite intelectual e política do Brasil anterior a 30, evocadora de um Império idealizado.

Se esses quase não contam, por serem de fato saudosistas, pouco ou quase nada republicanos, assinale-se, na perspectiva do cientista social, de fato a República foi para os seus principais artífices uma *ournée des dupes*. A prática política não anulou alguns dos vícios fundamentais do regime anterior. Veja-se o coronelismo, com o poder dos senhores de terras, manipulando eleições e fazendo as autoridades de acordo com seus desejos e interesses. Esse poder de senhores, não só político, mas social em sua amplitude, manifesta-se nos planos federal, estaduais e municipais. Pode-se mesmo dizer que é acrescido com a República: esta, pelo menos até 30, foi tanto ou mais privilegiadora de latifundiários que o Império. O coronelismo atinge o ápice agora, sobretudo com o segundo governo civil - o de Campos Sales -, que engendra a bem articulada "política dos governadores".

Tem-se aí a nota extrema de um traço da política nacional - a da conciliação. Feita pela cúpula, para perpetuação de suas vantagens. Nessa teia política, sutil e eficiente, como desumana e discriminadora, o povo é de todo excluído. É simples objeto de manipulação, massa de manobra. É convocado para votar, um arremedo de respeito à cidadania, para fortalecer a ordem dominante da qual não participa, pois feita exatamente contra ele. Sua breve presença no processo é o supremo insulto que lhe fazem: seu voto sacramenta uma ordem que o nega, não lhe reconhece os direitos básicos. Demais, lembre-se que é um número reduzido o desses convocados, pois a maioria não é ouvida e nem sabe quanto se passa.

Não se espante que a República tenha sido um logro, como foi a Independência. É claro que só em parte, pois alguma coisa se obteve com o novo regime, como também com a emancipação política de 1822. Em 1822, o problema era o de construir uma nação livre: a liderança que empolga o poder, em parte portuguesa e em parte de gente identificada com eles, faz a nação de conformidade com os seus interesses, como se lembrou aqui com a exata citação de Caio Prado Júnior. Com a República o mesmo problema se coloca: que República fazer? Seguir-se-ia o modelo dos Estados Unidos ou o modelo francês jacobino de 1792 de Rousseau? Adotou-se muito do norte-americano, como se vê pela Constituição de 91. Da França herdou-se mais do positivismo de Comte, bem afastado da ideologia de 1789. Os grandes problemas nacionais ficaram intocados: não se cogitou de reforma agrária, então mais que nunca necessária, pela aparente liberdade dos antigos escravos; a cidadania continuou restrita a poucos; nem mesmo a separação do Estado e da Igreja foi feita como se devia. A volta da plenitude das oligarquias nos primeiros governos civis - o de Prudente de Morais e o de Campos Sales - mostrou que se avançara pouco, muito pouco. A resistência à mudança vencia mais uma vez, e a ordem, no seu todo e no essencial, não foi alterada.

O povo pouco participou da propaganda anti-monárquica por uma razão simples: sua pobreza ou alheamento do processo social faz dele um nulo. No Brasil a sociedade era de poucos e para poucos, com a exclusão da maior parte. Se o novo regime quase nada

lhe deu, não o desapontou, pois ele também nada esperava ou nem sequer tinha ciência do que sucedia. Tinha existência vegetativa, não contava como agente social.

III - SÍNTESE DA TRAJETÓRIA DE CEM ANOS

Vista a imposição do regime republicano, pela trajetória do século XIX, fundada em desajustamentos que impuseram outra ordem, destacou-se o relativo logro que foi a República em 1889, como fora a Independência em 22. A falta de plena realização desses ideais e suas campanhas, bem como da prática monárquica e republicana, atesta a falta de profundidade da vida pública nacional, em que nada tem muita raiz ou é assumido para valer. Há uma ligeireza na política nativa, como há em outras manifestações do comportamento de nosso povo. A verificação talvez confirmasse a tão denunciada falta de vigor do sentimento público no Brasil, com a prevalência do privado, tão apontada por estudiosos como Oliveira Vianna. Poder-se-ia explicitar: a falta de seriedade na condução dos negócios públicos, nada sendo encarado como importante ou digno de atenção, empenho. Certa gratuidade, que raia pelo cinismo, às vezes indevidamente explicada por análises psicologizantes, quando análises sociológicas teriam mais procedência.

O certo é que a trajetória republicana não é bem abonadora. Mal se instala o sistema e as crises se sucedem: a instabilidade do governo no início, dominado pelos militares, leva à renúncia da primeira autoridade eleita - o marechal Deodoro da Fonseca - e à ascensão do vice - o marechal Floriano Peixoto, que parecia inaugurar algo de novo. Surgem contestações ao seu exercício, com revoltas sangrentas na Guanabara e no sul - a revolta da Armada e a Revolução Federalista. Nova prática financeira, imposta pela realidade do trabalho livre, assalariado, leva a emissionismo que desnorteia os dirigentes e a classe dominante, acostumados a padrões convencionais da mística ortodoxa da economia, cuja desadaptação ao quadro econômico-financeiro não é bem apreendida pelas autoridades.

Arma-se uma estrutura legal com a Constituição de 91, com o federalismo à maneira dos Estados Unidos, com uma prática distante da teoria. Dificuldades políticas e financeiras são agravadas pelo episódio de Canudos, o mais significativo de todos os de caráter milenarista. Não era o primeiro nem seria o último, mas teve dimensões hipertrofiadas pela suspeita de que era anti-republicano, busca da restauração da monarquia, em atitude de incompreensão que compromete os governos da Bahia e o federal, sobretudo as forças armadas. O importante é que a República se consolidara, sob a direção severa de Floriano, que assiste, isento, a uma campanha sucessória normal, sem intervir.

Voltam os civis, que reinstauram as velhas práticas clientelísticas, agora hipertrofiadas no coronelismo bem fundamentado do esquema de Campos Sales. E se há uma tranquilidade aparente e real, com governos que se sucedem regularmente, crises políticas continuam, embora sem profundidade: a revolta da vacina em 1904, a insurreição dos marinheiros de 1910, a tumultuada campanha de Rui Barbosa pela presidência, no chamado civilismo, contra a candidatura do marechal Hermes da Fonseca, que é eleito em processo discutível. Inaugura-se a política com ampla disputa, à maneira dos Estados Unidos, com relativa participação popular, até aí desconhecida. Só em anos recentes, depois de 30, o processo se repetiria, embora a sucessão de 20 fosse também arduamente disputada, mas com diversa característica.

Em 22 assiste-se à emergência do tenentismo, que vai marcar profundamente a vida nacional, com a presença viva do militar na política - nota constante do período republicano. O Império não a conheceu. São os tenentes, segmento médio das forças armadas que sacodem o quadro. Embora sem programa explícito, eles trazem palavras de ordem que tudo alteram, aos poucos. O mesmo ano de 22 - centenário da Independência, recorde-se - assinala o começo da política ideológica, com a direita e a esquerda. Com o Centro Dom Vital, movimento de intelectuais católicos de orientação direitista, na linha comum então na Europa, com a maré reacionária que se segue à primeira Grande Guerra e organiza os movimentos fascistas, com vitórias assinaláveis em vários países, a começar pela Itália. Também a esquerda radical aparece, com a fundação do Partido Comunista no mesmo ano, com atuação discreta e sem repercussão: pela falta de entendimento da realidade de seus protagonistas e pela atitude pouco lúcida dos grupos dominantes, incapazes de entender algo que não o meramente convencional ou fisiológico no exercício da vida pública.

Chega-se ao movimento de 30, que poderia ser uma ruptura, mas não é. De qualquer modo, verifica-se uma inflexão na política, de modo a poder-se falar em Segunda República. A fase é diferente e aos poucos configurará outro quadro; não é uma revolução no primeiro momento, mas pode ser vista como se fosse, no conjunto da vida nacional, nos protestos antecedentes e nos subsequentes. A instabilidade se acentua: revolução constitucionalista de São Paulo em 32, partido da direita atuante e organizado - a Ação Integralista Brasileira -, movimento comunista em 35, golpe do governo em 37, com o Estado Novo, arremedo do fascismo com a forma corporativista. Fase policialesca severa, mas de lúcida política em matéria da modernização do aparelho de Estado e política econômica industrialista, nacionalista, planejadora. São símbolos de então o estabelecimento do DASP - Departamento Administrativo do Serviço Público -, a Usina de Volta Redonda e a chamada "controvérsia do planejamento econômico", debate animado pelo presidente Vargas entre os liberais, capitaneados por Eugênio Gudin, e os protecionistas e planejadores, capitaneados pelo industrial Roberto Simonsen.

O regime de Vargas cai em 45, por um golpe de políticos e militares - alguns dos quais eram os mesmos que o haviam estabelecido em 37. Frouxo esquema pretensamente liberal se impõe, com a frustração dos autores do golpe - mais uma *journée des dupes*. Vargas volta em 50, sacramentado pelo voto popular. Será o momento mais significativo de sua passagem pelo poder. É de novo apeado em 54, mas agora com a aura do suicídio, que o transformará em mito com uma bandeira de luta de avassaladores resultados. Tanto ou mais que quando vivo vai ser o ponto de referência da política.

Depois de um ano de indecisões, há a eleição de Juscelino Kubitschek, inaugurando o governo mais próximo de ideal democrático e com importantes realizações econômicas. Muda-se a capital para o planalto interior, inaugura-se Brasília. É fase original na história do Brasil.

Sucedido normalmente, com a eleição de Jânio Quadros, tem começo a desordem mais séria, com o início dos presidentes despreparados para o poder - Jânio renuncia levemente no mesmo ano de 61 e é substituído, com dificuldades, por João Goulart, vice-presidente, em processo que deveria ser o normal. Há intensa agitação popular, às vezes incentivada pelo próprio governo, até chegar-se ao golpe militar de 64 - nova versão do Estado Novo, mas com menos lucidez e nenhuma competência. Os presidentes despreparados configurariam a Terceira República, prolongando-se até

hoje, como se viu com os militares e o civil que melancolicamente encerra o seu mandato, por ele, com a cumplicidade de governadores fisiológicos, espichado neste calamitoso quinto ano, descumprindo a promessa de quem de fato fora eleito.

Ao golpe de 64 seguem-se vinte e cinco anos da ditadura obscurantista. Em 85 o esquema é derrubado: não se impusera, os próprios militares reconhecem sua falência. Haveria a passagem para a democracia, no mais retumbante logro das esperanças, pois o candidato que encarna os ideais inovadores adoece no dia da posse como presidente e assume o poder o vice. O processo é discutível, pois Tancredo Neves não tomara posse: esta deveria dar-se com o presidente da Câmara dos Deputados. Com a morte do presidente eleito, dia 21 de abril, o interino convocaria eleição, que deveria ser direta, pelo compromisso daquela autoridade com o processo direto, pelo qual lutara em campanha que levanta o povo, só comparável na história nacional à campanha abolicionista.

A posse discutível do pretense vice perturba todo o esquema de mudança, pois este fora um ardoroso defensor da ditadura, que só abandona poucos dias antes da eleição, por oportunismo, como por oportunismo é indicado para o cargo, erro de catastróficas proporções pelo qual o país pagaria cinco anos de desassossego. Não podia fazer a transição para a democracia quem fora um dos mais fiéis defensores da ditadura. É mais um despreparado, agora com o agravante de ser político profissional que fizera carreira de realce, mas sem nada aprender, como se comprova no seu desolador governo que deve terminar agora. Cinco anos de vácuo, tempo perdido, desilusão profunda. O presidente atual, ao contrário de Kubitschek, atrasou, se não cinquenta anos em cinco, pelo menos de muitos anos o processo político. Pior é que disseminou a desesperança, a perda total de confiança do povo nos políticos. Executivo e Legislativo perderam a respeitabilidade, confundindo-se em negócios escusos, na confusão, no impatriotismo, como se vê também em ministros e governadores de Estado. Na melhor das hipóteses, na incompetência total. De todas as *journées des dupes*, que pontilham a história nacional, esta é a mais completa e vai ficar como símbolo de desacertos.

Haverá eleição dia 15 de novembro. O quadro não é animador, pois os candidatos lançados padecem de certa debilidade. Assim é que a República comemora o seu primeiro centenário, no instante mais baixo de sua trajetória, que teve poucos momentos altos ou mesmo razoáveis.

O balanço não é favorável, o que não significa saudosismo da monarquia. Esta, como se disse, resultou de eventuais conjunturas e não lançou raiz. Há muito de ilusório ou ingênuo em seu endeusamento. Cumpriu um papel, eis tudo, em alguns aspectos ou instantes com dignidade. Caiu pelo natural esgotamento e não tem o mínimo de perspectiva de retorno: tal seria, pior que uma caricatura, um erro, do qual não há perigo. A Constituição de 88, no art. 2º, do Ato das Disposições Transitórias, prevê, para 7 de setembro de 93, plebiscito para definição de forma de governo - República ou Monarquia Constitucional. O artigo foi aprovado pela obstinação de um deputado, não pela convicção do plenário, que o aprovou pela aparente irrelevância do tema. É no sistema republicano, o mais próximo do ideal democrático, como filosofia ou como prática, que está o destino brasileiro como o americano, lembrado no manifesto de 1870, citado na abertura deste estudo.

Acredita-se que as nações, como as pessoas, aprendem com suas indecisões ou equívocos. Já é tempo de assumir com seriedade a política. As vicissitudes de um século garantem a impossível sustentação de quadro ligeiro, atento só ao superficial do processo, sem apreensão de sua verdadeira realidade social. Nação de sociedade e

economia diversificada, plurais, não pode continuar brincando de política. O quadro hoje é grave: com cento e cinquenta milhões de habitantes, tem de equacionar com inteligência e seriedade seus problemas, em um mundo em vertiginoso processo de mudança, se não quiser continuar a reboque, em posição secundária, periférica. Seja esta a reflexão de quantos percebem o panorama em todas as suas variáveis, neste ano em que se comemora o primeiro centenário do regime, neste quase fim do século XX, que é também a aurora de outro milênio. Que a data de 89 confirme no país o desejo de uma República - coisa pública, bem de todos, não Estado privatista, discriminador e consagrador de privilégios, como tem sido, mas Estado de justiça, liberdade e igualdade.

Escrevi o texto antes da eleição, no princípio de outubro, pois devia ir ao exterior, de 11 de outubro a 10 de novembro. Houve a eleição, reveladora de sentimento contestador dos políticos dominantes na presidência da República e na chefia dos Estados. Do Executivo e do Legislativo em geral, que chegaram ao grau extremo de desmoralização, na incompetência e no comportamento destituído de ética. O resultado, mesmo com alguns equívocos, atesta generalizado desejo de mudança.

Falo em um seminário de cientistas políticos e historiadores. Se graves são as responsabilidades do futuro presidente, graves também as dos cientistas sociais, notadamente dos dedicados à política. Os modelos até aqui seguidos revelam-se insatisfatórios. Se o mundo se transforma em ritmo acelerado, cabe aos cientistas sociais encontrar novos modelos, que melhor encaminhem os problemas, apontando soluções.

Esta é a tarefa que lhes cabe, meus caros jovens. O trabalho é difícil, exige seriedade e sentido criativo - traços quase ausentes nos últimos tempos. Que a reflexão sobre o século vivido da República os inspire para sair de tantos impasses, de modo que a República - coisa pública, não privatismo e negociatas, tão notados no presente - encontre o seu sentido, expresso na própria etimologia da República - coisa pública.

Do exercício de suas inteligências e propósitos de acerto, caros cientistas sociais, é válido esperar quanto nos falta para que se possa de fato consolidar a República brasileira, completando o esforço iniciado há cem anos e precariamente conduzido até hoje.

Universidade Federal
de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia
e Ciências Humanas
Departamento de História
e Ciência Política

Av. Antônio Carlos 6627

Caixa Postal - 253

CEP - 31270

Belo Horizonte, MG

